

# Avaliação integrada da competitividade dos BRICS no comércio internacional: uma análise utilizando Equilíbrio Geral Computável



Bolsista BIC–UFRGS: Gabriela Roberta Reiter  
Orientador: Flavio Tosi Feijo



## Objetivo

O objetivo da pesquisa é compreender como os sistemas tributários de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul contribuem (ou não) para o crescimento econômico pautado nas exportações. As diferenças estruturais entre as economias de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul influenciam de forma direta os desempenhos destas nações no comércio internacional. Além disso, as barreiras tarifárias e não tarifárias que os Estados estabelecem e as instituições influem na competitividade das empresas no mercado externo.

## Metodologia

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os sistemas tributários e como estes afetam a competitividade dos países em análise, sendo que na próxima fase pretende-se utilizar um modelo de equilíbrio geral computável (EGC), denominado GTAP (*Global Trade Analysis Project*), que permite simular, para setores específicos em países distintos, a aplicação ou isenção de tributos, o que pode sinalizar quais os melhores caminhos a serem seguidos para uma inserção mais consistente das empresas brasileiras no comércio internacional. Também no contexto deste estudo, as simulações irão permitir que se verifique ex-ante os resultados em termos de crescimento das exportações industriais decorrentes das políticas econômicas voltadas para alavancá-las.

## Análises preliminares

No que se refere ao grau de abertura dos países, o Brasil apresenta os resultados menos expressivos entre os países do BRICS quanto à participação do comércio no PIB. No período 2008-2010, o comércio exterior representou apenas 24% do PIB brasileiro, valor que atingiu 52%, 48%, 55% e 61%, respectivamente, para Rússia, Índia, China e África do Sul.

Um possível acordo de livre comércio entre os BRICS teria um impacto positivo nos termos de troca, causado pela intensificação do comércio intrablocos (à exceção da Índia), mas contribuiria para a perda de competitividade relativa das exportações dos BRICS para o resto do mundo. A remoção das barreiras tarifárias entre os BRICS pode proporcionar um aumento significativo do comércio bilateral entre estas economias. Contudo, este aumento é, em grande parte, consequência direta da excelente performance das exportações chinesas para os demais BRICS. É também consequência do aumento expressivo das importações indianas, devido às altas barreiras tarifárias preexistentes e a dimensão da sua própria economia. Para o Brasil, os melhores impactos estariam concentrados nos setores agrícola e do agronegócio (Ferraz, 2012).

Desde 2005, o World Economic Forum tem baseado sua análise de competitividade no Global Competitiveness Index (GCI), uma ferramenta abrangente que mede os fundamentos micro e macroeconômicos da competitividade nacional. A competitividade foi definida como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país, que por sua vez, define o nível de prosperidade que pode ser alcançado por uma economia. No que diz respeito ao relatório de 2013-2014, a China ocupa a 29ª posição e lidera as economias BRICS por uma larga margem, bem à frente da África do Sul (53ª), Brasil (56ª), Índia (60ª), Rússia (64ª); seus pontos fracos são a corrupção, setor bancário frágil, baixa tecnologia, barreiras à entrada e ao investimento no mercado de bens. A África do Sul está no 53º lugar do ranking e seus pontos fracos estão no desempenho macroeconômico ruim, gastos do governo mal alocados, confiança nos políticos e segurança. O Brasil entra no 56º lugar e seus pontos fracos estão no funcionamento das instituições, corrupção, baixa confiança nos políticos, pouca infraestrutura e economia fechada à concorrência externa. A Índia está no 60º lugar e seus pontos fracos são a baixa tecnologia, níveis baixos de saúde e educação pública, baixa confiança nos políticos, desempenho macroeconômico ruim, baixa participação das mulheres na força de trabalho. A Rússia está na 64ª posição e seus pontos fracos estão nas más instituições públicas, falta de capacidade de inovação, ineficiência dos mercados e altas restrições ao comércio (WEF, 2013).

O relatório Doing Business, uma publicação anual do Banco Mundial, apresenta uma série de dados comparativos das regulações que afetam o setor privado, em especial as empresas de pequeno e médio porte. O relatório mostra indicadores quantitativos sobre 11 áreas (abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, execução de contratos, resolução de insolvência e contratação de funcionários) de regulamentação de negócios para 189 países do mundo. Segundo este documento, o Brasil se encontra na pior posição no que se refere ao pagamento de impostos entre os BRICS.

No Brasil, as empresas devem realizar 9 pagamentos de impostos por ano; são gastas 2600 horas para preparar, arquivar e pagar (ou reter) o imposto de renda das empresas, o imposto sobre o valor agregado e as contribuições de previdência social; o valor dos impostos sobre lucros pagos pelas empresas chega a quase 25%, como um percentual dos lucros comerciais; o valor dos impostos e das contribuições obrigatórias sobre mão-de-obra pagos pelas empresas, como um percentual dos lucros comerciais, é de 39,6%; o valor dos impostos e das contribuições obrigatórias pagos pelas empresas, como um percentual do lucro comercial, que ainda não foram incluídos nas categorias de impostos sobre lucros ou mão-de-obra, é de 3,8%; a alíquota de imposto total, que mede o valor dos impostos e das contribuições obrigatórias a serem pagos pelas empresas no segundo ano de operação, expressos como uma parcela dos lucros comerciais, é de 68,3% (WB, 2014).

Do ponto de vista das políticas tarifárias, os países que compõem o BRICS têm, como característica comum, a liberalização recente de suas economias. Em especial, o final do século XX concentrou os principais esforços de redução tarifária e eliminação de barreiras não tarifárias. Em alguma medida, todos os países que compõem o grupo utilizaram-se, no passado, de medidas protecionistas com o objetivo de incentivar a industrialização, voltada para o mercado doméstico. Não obstante, a China foi o único membro do grupo a constituir posteriormente estratégia de desenvolvimento econômico voltada para o mercado externo. Entre os membros do BRICS, Brasil e África do Sul possuem a característica comum de subordinação de suas respectivas políticas tarifárias aos blocos regionais de integração que fazem parte (respectivamente, o Mercosul e a Sacu). Rússia e China dividem o histórico comum de terem realizado a transição de suas respectivas economias planejadas para abertura gradual, nas décadas de 1980 e 1990.

Em geral, a média das tarifas de importação aplicadas pelos países do BRICS situa-se em universo relativamente próximo, variando de 7,7%, na África do Sul, para 13,6%, no Brasil. O Brasil é o único país do BRICS a contar com média das tarifas aplicadas agrícolas inferior à de bens não agrícolas. Em geral, os demais membros possuem as respectivas tarifas agrícolas relativamente mais elevadas – em especial, a Índia –, cujas médias aplicada e consolidada do setor atingem 32,2% e 113,1%, respectivamente (Thorstensen e Oliveira, 2012).

## Referências Principais

- FERRAZ, L. P. C. **Os BRICS sob a ótica da teoria dos acordos regionais de comércio**. Texto para discussão 1789, Rio de Janeiro, Ipea, novembro, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1789.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1789.pdf)>. Acesso em: 31/10/2013.
- SCHWAB, K. (editor) **The global competitiveness report: 2013–2014**. Geneva, World Economic Forum, 2013. Disponível em: <<http://www.weforum.org/reports/global-competitiveness-report-2013-2014>>. Acesso em: 01/12/2013.
- THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, I. T. M. (Orgs.) **Os BRICS na OMC: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul**. Brasília, Ipea, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1361>>. Acesso em: 15/04/2014.
- WORLD BANK, **Doing Business 2014: Understanding Regulations for Small and Medium-Size Enterprises**. Washington, DC, World Bank Group, 2013. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2014>>. Acesso em: 10/06/2014.